

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Termo de Referência 127/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG
127/2025

Status
ASSINADO

Editado por
REJANE MARIA ROCHA

Atualizado em
05/01/2026 14:45 (v 0.4)

254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Outras informações

Categoria
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes

Número da Contratação

Processo Administrativo
25389.000407/2025-17

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de mobiliários, eletroeletrônicos e eletrodomésticos destinados ao funcionamento do Centro de Convivência do Campus Manguinhos-Maré, CDTs e CEM, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Armário baixo escritório 80x50x73: em madeira aglomerada e prateleira interna - Armário baixo 2 portas com rodapé, 1 prateleira, tampo/frente amadeirado e corpo preto. Corpo do armário em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído, de 18 mm de espessura e fundo em 15 mm, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com espessura de 0,45 mm com alta resistência a impactos. Tampo no mesmo material, porém com 25 mm de espessura, fita em poliestireno de superfície visível texturizada de espessura 2,0 mm. Portas em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído, de 18 mm de espessura, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível	623614	unidade	1	R\$ 650,52	R\$ 650,52

	<p>texturizada, com espessura de 1,0 mm com alta resistência a impactos. Dobradiça do tipo caneco diâmetro 35 mm para portas de armários, confeccionada em aço de alta resistência, automática, com tecnologia Silent System, que permite fechamento suave da porta através de um sistema com micro pistão hidráulico, com amortecedor integrado à dobradiça, impedindo as tradicionais pancadas da porta ao fechar. Sistema de montagem com calço tipo click, evitando o uso de parafusos. Regulagem horizontal livre e ajuste lateral integrado, com ângulo de abertura de 105° para portas com recobrimento total, com amortecimento e sistema de alojamento interno na madeira para um melhor acabamento ao móvel e para gerar maior espaço interno do mesmo, com acabamento niquelado. Possibilita o uso em portas com espessuras entre 14 e 21 mm. Apresenta cobertura de acabamento encaixada para corpo e caneco, evitando o acúmulo de poeira e garantindo maior vida útil aos componentes. Fixação ao móvel através de parafusos para madeira. Sistema de travamento das portas com batente interno na porta esquerda, fixado através de parafusos rosca auto cortante para madeira, com fechadura frontal e chave para porta direita com alma interna em aço de alta resistência ao torque, com capa plástica externa de proteção em polietileno injetado com sistema escamoteável para adaptar-se ao móvel caso não seja retirada, e minimizar choques acidentais ao usuário. Sistema de puxadores embutidos injetados em ABS de formato retangular com raios ergonômicos na cor prata.</p>					
2	<p>Armário Multiuso de Aço Escritório, cor: Cinza Nilko Armários, Modelo Nk 1722 ou simular - Armário Multiuso de Aço para produtos de limpeza, Com 2 portas possui divisões internas amplas, bem como ganchos para pendurar utensílios, otimizando totalmente o espaço. Estrutura em aço galvanizado conta com tripla camada de proteção contra corrosão, tendo alta resistência em ambientes úmidos ou agressivos. Pintura interna e externa com nanotecnologia antimicrobiana e bactericida EasyClean evita odores e facilita a limpeza e conservação dos materiais armazenados. Sistema de segurança que inclui trancamento triplo com lingueta reforçada (kit antivandalismo), dobradiças com cinco travas, além de dobras enroladas (Hands Cut Free), que eliminam arestas cortantes e aumentam a segurança no manuseio. Pés ajustáveis permitem a instalação mesmo em pisos irregulares, o que garante estabilidade. Cores: corpo em Cinza e portas em Preto. (L700XP450</p>	302487	2	unidade	R\$ 1.570,29	R\$ 3.140,58

3	Banco de parque com encosto - Estrutura de aço galvanizado com pintura eletrostática a pó. Assento e encosto em placas de madeira maciça discretamente e firmemente conectadas à estrutura. Todas as pernas podem ser fixadas ao solo. Madeira na cor jatobá com tratamento em STAIN e estrutura de aço com pintura a pó na cor RAL 9007 - grey aluminium.	300775	8	unidade	R\$ 965,50	R\$ 7.724,00
4	Banco de parque com encosto e apoios de braço - Estrutura de aço galvanizado com pintura eletrostática a pó. Assento e encosto em placas de madeira maciça discretamente e firmemente conectadas à estrutura. Todas as pernas podem ser fixadas ao solo. Madeira na cor jatobá com tratamento em STAIN e estrutura de aço com pintura a pó na cor RAL 9007 - grey aluminium.	300775	4	unidade	R\$ 930,18	R\$ 3.720,72
5	Banqueta alta sem braços, Work Solution, linha NIC ou similar - Banqueta alta sem braços, estrutura em aço com acabamento cromado, revestimento do assento e encosto em plástico polipropileno na cor-branco-off (L590XP600XA1090)	612562	9	unidade	R\$ 1.081,69	R\$ 9.735,21
6	Bebedouro - Purificador de Pressão IBBL Speciale FR600 Cor Prata - 127V ou similar - O purificador de Água de Pressão por gravidade IBBL possui sistema de refrigeração por compressor que garante água natural ou gelada para ambientes com alta circulação de pessoas, podendo ser utilizado em áreas internas e externas. Possui Refil “Girou, Trocou” (troca sem fechamento de registro), nanotecnologia contra micro-organismos, que controla a proliferação de bactérias do tipo Pseudomonas aeruginosa que, em pessoas com o sistema imunológico enfraquecido, pode gerar infecções, elimina sabores e odores, remove o cloro livre e retém impurezas contaminantes (L312XP357XA410)	439361	2	unidade	R\$ 1.576,11	R\$ 3.152,22
7	Bebedouro- Refrigerado Acqua Point – IBBL ou similar - Bebedouro - refrigerado Com até 7,2 litros de água gelada por hora, o purificador de água Acqua Point foi desenvolvido para atender altas demandas de refrigeração. Seu uso é indicado para locais com maior circulação de pessoas em que a procura por água purificada é intensa. Atende ao desenho universal (norma ABNT NBR 9050:2004) para se adequar ao conforto de crianças, adultos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Além disso, as setas em braille garantem autonomia e acessibilidade para deficientes visuais. Confeccionado em plastic free, possui acionamento por sensor de proximidade que aciona automaticamente a liberação da água ao detectar a presença de uma garrafa,	408558	2	unidade	R\$ 3.806,56	R\$ 7.613,12

	interrompendo o fluxo assim que a garrafa é retirada, com protetor bucal flexível. (L481XP482XA983)					
8	Cadeira Copa empilhável Work Solution, modelo 34006P ou similar - Cadeira copa estrutura em aço com acabamento cromado, e pés com sapatas de borracha preto; revestimento do assento e encosto em plástico polipropileno, na cor - branco-off (L540xP510xA840)	612547	164	unidade	R\$ 803,08	R\$ 131.705,12
9	Cadeira escritório: assento em vinil, base com rodízios e apoia braços - Base estrela em aço SAE 1010/1020, com 5(cinco) patas, em chapa com espessura mínima de 1,9mm com tBase estrela em aço SAE 1010/1020, com 5(cinco) patas, em chapa com espessura mínima de 1,9mm com tratamento em pintura epóxi a pó e solda MIG. Com capa protetora em polipropileno na cor cinza ou preta. Rodízios duplos com trava interna na banda de rodagem diâmetro mínimo 5,5cm, em nylon, encaixados na base, com bucha de aço através de pino de aço e anel de pressão para travamento. Pistão de regulagem de altura de assento a gás com capa protetora telescópica em polipropileno. Mecanismo Back System de acordo com a NR17, com regulagem de alturado assento, regulagem de altura do encosto e inclinação do encosto independente, com travamento em múltiplas posições e possibilidade de movimento livre. Assento medindo 400 a 460 mm de profundidade x 420 a 470 mm de largura e 420 mm de altura mínima do chão ao assento. Estrutura em madeira compensada de 15mm de espessura com colagem transversal das lâminas moldada anatomicamente, com almofadas em espuma injetada de poliuretano com densidade media, moldadas anatomicamente, espessura de 5 a 6 cm, revestido em vinil na cor preta. Perfil de proteção em PVC rígido, nas bordas do assento. Encosto medindo 420 a 450 mm de largura x 450 a 480 mm de altura. Estrutura em madeira compensada de 15mm de espessura com colagem transversal das lâminas moldada anatomicamente, com almofadas em espuma injetada de poliuretano com densidade média, moldadas anatomicamente, espessura de 5 a 6 cm, revestido em vinil na cor (a escolher). Capa de proteção do encosto em polipropileno injetado texturizado na cor cinza ou preta. Apoia braços com altura regulável em espuma injetada de poliuretano integral rígido na cor cinza ou preta com 200mm de altura a contar da parte inferior do assento até a parte superior do braço. Estrutura interna em tubo de aço de seção redonda com parede mínima de 2mm.	458744	16	unidade	R\$ 546,79	R\$ 8.748,64
10	Claviculario p/ 400 chaves - 470mm de largura x 110mm de profundidade x 520mm de altura - Estrutura em chapa de aço com pintura eletrostática, em camada	306902	3	unidade	R\$ 852,36	R\$ 2.557,08

	uniforme e resistente. Porta equipada com fechadura, acompanhada por duas cópias de chaves. Com suportes internos de aço dedicado para chaveiros. Capacidade para 400 Chaves. Conta com furos internos, estrategicamente localizados para facilitar a fixação na parede.					
11	Guarda-volume em aço 30x45x182: 2 portas - Guarda volumes multiuso de aço com 2 portas com 1 prateleira interna. Fabricado em chapa galvanizada – NBR 7008 – resistente a corrosão; armário de vestiário conforme NR 24; pintura antimicrobiana e bactericida (nanotecnologia); livre de arestas cortantes (hands cut free); dobradiças reforçadas com 5 travas; kit Antivandalismo de fábrica (trancamento triplo e reforço nas portas e na lingueta para minimizar o risco de arrombamento); 5 anos de garantia; veneziana de ventilação nas portas; fechaduras de código vertical nas portas e com pé ou base elevada do piso.	385360	2	unidade	R\$ 489,19	R\$ 978,38
12	LCD 43" - Smart Tv 43" 4k UHD ThinQ Ai Tv LED 3 HDMI - 43UT8000PSA ou similar - A Smart TV oferece alta performance em imagem, som e conectividade. Com resolução 4K UHD (3840 x 2160) e tecnologia HDR10 Pro, proporciona imagens com cores vívidas e detalhes impressionantes. O processador Alpha 5 AI 4K de 7ª geração ajusta automaticamente brilho, contraste e áudio, otimizando a experiência de forma inteligente.O sistema webOS 24 foi premiado como o melhor sistema operacional para Smart TVs; Sistema operacional: webOS 24; Tecnologias de imagem: HDR10 Pro, FILMMAKER MODE; Tecnologias de som: AI Sound Pro, Surround virtual 9.1.2, AI Acoustic Tuning; ; Conectividade: Wi-Fi, Bluetooth, Apple AirPlay, Chromecast Built-in; Entradas: 3 HDMI, 2 USB, LAN, Entrada RF, Saída óptica; Compatibilidade: Alexa, Google Assistente, Apple HomeKit. (L967XP59, 7XA561)	479242	6	unidade	R\$ 2.161,23	R\$ 12.967,38
13	Mesa 140x70x73: tampo em madeira aglomerada e base em estrutura metálica - MESA DE ESCRITÓRIO com tampo reto, autoportantes em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído, com espessura de 25 mm, densidade média de 600 kg/m, e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, bordas retas encabeçadas com fita em poliestireno de superfície visível texturizada, com espessura de 2,0 mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR13966. Fixado à estrutura através de parafusos tipo chipboard com Ø 5 mm.	481003	1	unidade	R\$ 607,27	R\$ 607,27

	Sistema de furação para passagem de fios no tampo com acabamento plástico ou metálico na cor da pintura dos pés. Estrutura metálica com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi. Sistema de calha ou bandeja para passagem de fios sob o tampo, no sentido horizontal, na largura dos suportes da mesa. Coluna central em chapa de aço SAE 1020 com 1,2 mm de espessura, com passagem de cabos na parte interna da coluna com tampa de acabamento em chapa de aço SAE 1020. Orifício lateral com acabamento e tampa possibilitando a passagem de cabos entre as estruturas. Travessa superior em chapa de aço SAE 1020 com 1,9 mm de espessura, travessa inferior confeccionada em chapa de aço SAE 1020 com 1,9 mm de espessura, dotado de passagens de cabos na região da coluna. Sapatas reguláveis com rosca M8 de alta resistência a impactos e abrasão. Fixação ao tampo através de parafuso tipo chipboard cementado 4,5 x 20 mm com alta resistência ao torque. Fixação aos painéis frontais através de parafuso sistema minifix com rosca M6. A cor do laminado será obrigatoriamente amadeirada, escolhida após a compra e deverá atender a todos os itens. Estrutura metálica na cor preta.					
14	Mesa de apoio Work Solution, Segmento Colaborativo ou similar - Mesa de apoio, tampo circular em MDP Liso na cor branco; estrutura em metal com acabamento na cor branco e tampo com ø 450mm (L450XA765)	623646	2	unidade	R\$ 629,69	R\$ 1.259,38
15	Mesa lateral quadrada Work Solution ou similar - Mesa lateral quadrada, tampo em MDP Liso na cor branco; estrutura em MDP amadeirado carvalho hanover (L670XP670XA400)	603337	1	unidade	R\$ 514,85	R\$ 514,85
16	Mesa redonda Work Solution Linha Lounge - h=740 ou similar - Mesa redonda, estrutura em aço pintado com epóxi na cor branco; tampo em MDP amadeirado carvalho hanover (L1000XA740)	235947	7	unidade	R\$ 746,58	R\$ 5.226,06
17	Mesa retangular Work Solution Linha Lounge - Modelo Quadro ou similar - Mesa retangular, Modelo Quadro, estrutura em aço pintado com epóxi na cor branco; tampo em MDP amadeirado carvalho hanover (L1200XP700XA740)	458686	34	unidade	R\$ 970,41	R\$ 32.993,94
18	Miccroondas 20L Branco com Função Tira Odor e Descongela - 127V - O micro-ondas 20 litros com classificação energética A e 1300W de potência, o modelo promove maior eficiência no consumo de energia e conta com painel inteligente com funções ; trava de segurança; autolimpeza e a função tira odor. Cor: branco (L455XP348X262,5)	407532	6	unidade	R\$ 562,37	R\$ 3.374,22
19	Puff quadrado Work Solution, Linha Mobile, assento em tecido ou similar - Puff quadrado, assento em tecido poliéster (crepe) na cor azul noite e detalhes na cor tangerina; estrutura em MDP madeirado: carvalho hanover (L670XP670XA470)	602421	1	unidade	R\$ 1.692,25	R\$ 1.692,25

20	Refrigerador - Geladeira Frost Free 400L Efficient Turbo Freezer Duplex Branca DFN44 - Duplex Branca -127 V ou similar - Geladeira Frost Free 400L Efficient Turbo Freezer Duplex Branca DFN44 oferece versatilidade e inovação, com painel de controle da temperatura sem abrir a porta, em um simples toque. A função de bloqueio do painel garante que as configurações escolhidas não sejam alteradas, evitando qualquer inconveniente ou desperdício de alimentos. Projetado para acomodar alimentos, bebidas e embalagens com facilidade, garante espaço amplo para manter tudo organizado e de fácil acesso. Prateleiras com altura ajustável, permitem o ajuste de acordo com o tamanho dos alimentos que deseja, proporcionando flexibilidade no dia a dia. O congelador possui 117 litros, oferecendo uma ampla capacidade de armazenamento. O turbo freezer e a prateleira reversível garantem potência máxima para congelar rapidamente, mantendo a qualidade dos itens de diversos tamanhos. O mesmo acontece com a função drink express, que resfria suas bebidas de maneira mais rápida. Além disso, a Geladeira Duplex Electrolux oferece Prateleira 2 em 1 com suporte de lata capaz de acomodar até 6 unidades e uma prateleira reversível para alimentos. (L600XP688XA1870)	621444	2	unidade	R\$ 3.117,01	R\$ 6.234,02
21	Sofá Work Solution, Linha Mobile, módulo reto com encosto em tecido Modelo WS-EN90E ou similar - Sofá módulo reto com encosto em tecido poliéster (crepe), revestimento 1: tangerina e revestimento 2: azul noite; estrutura em MDP madeirado: carvalho hanover (L1340XP670XA780)	607722	1	unidade	R\$ 1.978,15	R\$ 1.978,15
Total:						R\$ 246.573,11

1.1.1.Visando dar eficiência e padronização aos ambientes, alguns itens foram reunidos em lotes temáticos e em itens, conforme quadro abaixo:

<u>Lote</u>	<u>Item</u>	<u>Material</u>	<u>ME/EPP</u>
1	01	Armário baixo escritório 80x50x73;	Lote exclusivo para ME /EPP em razão do valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, conforme art. 48, I, da LC nº 123 /2006.
	13	Mesa 140x70x73: tampo em madeira;	
	02		Lote exclusivo para ME

2	11	Armário Multiuso de Aço Escritório, cor: Cinza Nilko; Guarda-volume em aço 30x45x182: 2 portas;	/EPP em razão do valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, conforme art. 48, I, da LC nº 123 /2006.
	03	Banco de parque com encosto;	Lote exclusivo para ME /EPP em razão do valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, conforme art. 48, I, da LC nº 123 /2006.
3	04	Banco de parque com encosto e apoios de braço;	Lote exclusivo para ME /EPP em razão do valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, conforme art. 48, I, da LC nº 123 /2006.
	05	Banqueta alta sem braços, Work Solution;	Lote não reservado para participação exclusiva de ME /EPP, em razão do valor estimado superior a R\$ 80.000,00, conforme art. 48, I, da LC nº 123/2006.
4	08		
	14		
	15	Cadeira Copa empilhável Work Solution;	
	16	Mesa de apoio Work Solution;	
	17	Mesa lateral quadrada Work Solution; Mesa redonda Work Solution; Mesa retangularWork Solution;	Sem reserva de 25% para ME/EPP, em razão dos bens serem de natureza indivisível, conforme art. 48, III, da LC nº 123/2006.
5	19	Puff quadrado Work Solution, Linha Mobile, assento em tecido ou similar;	Lote exclusivo para ME /EPP em razão do valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, conforme art. 48, I, da LC nº 123 /2006.
	21	Sofá Work Solution, Linha Mobile;	
	06	Bebedouro - Purificador de Pressão IBBL Speciale FR600 Cor Prata;	Item exclusivo para ME /EPP em razão do valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, conforme art. 48, I, da LC nº 123 /2006.
	07	Bebedouro- Refrigerado Acqua Point – IBBL;	Item exclusivo para ME /EPP em razão do valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, conforme art. 48, I, da LC nº 123 /2006.
	09	Cadeira escritório: assento em vinil, base com rodízios e	Item exclusivo para ME /EPP em razão do valor estimado inferior a R\$

	apoia braços;	80.000,00, conforme art. 48, I, da LC nº 123 /2006.
10	Claviculario p/ 400 chaves - 470mm de largura x 110mm de profundidade x 520mm de altura;	Item exclusivo para ME /EPP em razão do valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, conforme art. 48, I, da LC nº 123 /2006.
12	LCD 43" - Smart Tv 43" 4k UHD ThinQ Ai Tv LED 3 HDMI - 43UT8000PSA;	Item exclusivo para ME /EPP em razão do valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, conforme art. 48, I, da LC nº 123 /2006.
18	Microondas 20L Branco com Função Tira Odor e Descongelar;	Item exclusivo para ME /EPP em razão do valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, conforme art. 48, I, da LC nº 123 /2006.
20	Refrigerador - Geladeira Frost Free 400L Efficient Turbo Freezer Duplex Branca DFN44 - Duplex Branca.	Item exclusivo para ME /EPP em razão do valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, conforme art. 48, I, da LC nº 123 /2006.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 45 (quarenta e cinco) dias contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Qualquer divergência entre as especificações dos materiais no COMPRASNET/SIASG/CATMAT e o Termo de Referência, prevalecerá às especificações constantes do Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000014/2026

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025

III) Id do item no PCA:

596/597598/599/600/601/602/603/604/605/606/607/608/609/610/611/612/613/614/615/616

VI) Classe/Grupo: 7125, 7110,7105,4110,7310,7730,7125 e 7195

V) Identificador da Futura Contratação: 509/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa n.º 1/2010 da SLTI /MPOG e conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis– DECOR/CGU/AGU, quando da aquisição de bens, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, são exigidos:

4.1.1.1. Os itens devem possuir certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, com certificação de eficiência energética A+;

4.1.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; e

4.1.3. As aquisições/contratações devem estar alinhadas com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz.

4.1.4. Certificação e rastreabilidade: exigência de comprovação de origem por meio de certificações reconhecidas, como FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR/Inmetro, garantindo práticas de manejo florestal sustentável.

4.1.5. Os itens devem estar em Conformidade legal e normativa ao atendimento às exigências da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e às diretrizes da Lei nº9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), além das normas da ABNT NBR 14790 (madeira serrada de reflorestamento).

4.1.6. Os itens devem estar em Conformidade com normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), como a NBR 13962 (móveis para escritório – cadeiras)e a NBR 14555 (mesas para escritório), entre outras pertinentes.

4.1.7. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.8. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações, assumindo como, exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.1.9. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.1.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.1.11. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.1.12. Os bens deverão ser novos, sem uso anterior, respeitando as discriminações contidas neste Termo de Referência, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

4.1.13. É responsabilidade da contratada providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com frete, embalagens, seguros e impostos.

4.1.14. Para o ato de contratação, o fornecedor deverá apresentar documentação que comprove sua regularidade nos órgãos federais, estaduais e municipais, além de estar em dia com suas obrigações trabalhistas.

4.1.15. Todos os tipos de cabos, conectores e acessórios de instalação dos equipamentos, devem ser fornecidos para a perfeita integração e funcionamento.

4.1.16. Os produtos devem ser acompanhados por manual de utilização;

4.1.17.. Os bens deverão estar em conformidade com as normas de ergonomia, especialmente a NR-17, bem como com a Norma Regulamentadora NR-12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, quando aplicável.

4.1.18.. Assistência técnica autorizada e especializada disponível no Brasil.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.2.1. Alguns mobiliários e equipamentos tiveram suas especificações técnicas apresentadas com indicação de marca, exclusivamente para fins referenciais. Ressalta-se que tal indicação não possui caráter restritivo, servindo apenas como parâmetro de qualidade, desempenho e conformidade técnica esperados para os itens a serem adquiridos.

4.2.2. A Administração assegura que serão aceitas propostas de quaisquer fabricantes, desde que atendam integralmente às especificações técnicas mínimas exigidas, em observância ao princípio da isonomia e à competitividade do certame.

Da exigência de amostra

4.3. Na presente contratação não haverá exigência de amostra.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. A Administração avaliou os objetos desta aquisição e constatou que se tratam de itens não complexos, amplamente disponíveis no mercado e classificados como bens comuns, nos termos da legislação vigente. Diante disso, optou-se pela não exigência de garantia contratual, considerando que tal previsão poderia implicar aumento significativo do valor final da contratação, sem correspondente benefício técnico ou mitigação de risco que justificasse sua adoção.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.6. Na presente licitação, não será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em função da natureza indivisível dos bens a serem adquiridos, conforme art. 48, III, da LC nº 123/2006.

ME/EPP

4.7. De acordo com o Decreto nº 8.538/2015, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para os itens e lotes com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para as microempresas e empresas de pequeno porte - os beneficiados pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos do inciso I do caput do art. 48, conforme indicação na tabela constante no subitem 1.1.1 deste TR.

Consórcio

4.8. A justificativa para a vedação à participação de interessadas constituídas sob a forma de consórcio reside no fato de que se trata de bens de uso comum, perfeitamente adequados e compatíveis com empresas atuantes no ramo licitado. A participação de empresas de pequeno e médio porte é bastante frequente, e essas, em sua maioria, atendem aos requisitos mínimos de qualificação técnica, econômica e financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza. Portanto, a restrição ao consórcio não comprometerá a competitividade do certame, uma vez que, em regra, a formação de consórcios é permitida apenas quando o objeto licitado envolve complexidade ou vulto consideráveis, situações nas quais empresas isoladas não teriam capacidade de atender integralmente aos requisitos do edital.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte nos endereços:

- **Fiocruz - Campus Maré** – Avenida Brasil, nº 4063, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ – Centro de Convivência;
- **Fiocruz - Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS)** – Avenida Brasil, nº 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ;
- **Fiocruz - Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC)** – Prédio da Coordenação de Engenharia e Manutenção (CEM), Avenida Brasil, nº 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ.

5.3.1. As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, das **08h30 às 11h30** e das **13h00 às 16h30**, mediante **agendamento prévio com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis**, por meio dos telefones **(21) 2209-2193 / 2209-2108 / 2209-2084** ou pelo e-mail **coordadm@fiocruz.br**

5.3.1.1. Os materiais deverão ser distribuídos conforme as quantidades e locais especificados abaixo:

FIOCRUZ					
QTD	Centro de Convivência Campus Maré	QTD	Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS)	QTD	Coordenação de Engenharia de Manutenção (CEM) - COGIC
2	Armário Multiuso de Aço Escritório,	1	Armário baixo escritório 800mm	4	LCD 43" - Smart Tv 43
9	Banqueta alta	1	Mesa 140x70x73		
164	Cadeira Copa	2	Guarda-volume		
2	Mesa de apoio	8	Banco de parque com encosto		
1	Mesa lateral	4	Banco de parque com encosto e apoios de braço		
7	Mesa redonda	16	Cadeira escritório		
34	Mesa retangular	3	Claviculário p/ 400		
2	Bebedouro - Purificador de Pressão IBBL				
2	Bebedouro - Refrigerado Acqua Point – IBBL				
2	LCD 43" - Smart Tv				
6	Microondas 20l				
1	Puff quadrado				
1	Sofá Work Solution				
2	Refrigerador - Geladeira Frost				

5.3.2. Correrá por conta da empresa qualquer prejuízo causado ao produto em decorrência do transporte;

5.3.3. Todos os custos relacionados à entrega e devolução dos materiais, em caso de substituição ou devolução, serão de responsabilidade da contratada.

5.4. Cabe à empresa consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do produto especificado, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5.1. Do ponto de vista técnico, a garantia mínima de 5 anos evidencia que o fabricante assume responsabilidade pelo desempenho estrutural e funcional do equipamento ao longo de sua vida útil inicial, demonstrando conformidade com padrões de qualidade, ensaios técnicos e boas práticas de engenharia.

5.5.2. Dessa forma, a exigência de garantia mínima de 5 anos contra defeitos de fabricação mostra-se tecnicamente adequada, proporcional ao objeto e necessária para assegurar a qualidade, segurança e confiabilidade dos equipamentos adquiridos.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.2. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **05% (cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **05%** (**cinco** por cento) a **30%** (**cinco** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **05%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **05%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **05%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.8.3. Para avaliação da proporcionalidade das sanções, a autoridade competente observará, no que couber em similaridade com a Lei 14.133/21, os critérios objetivos para dosimetria de sanções administrativas, no âmbito da FIOCRUZ, dispostos na Portaria nº 185 /2024- COGEAD.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 7(sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/12/2025.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.29.1. Por se tratar de aquisição de materiais comuns, optamos pela escolha do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), por ser o índice amplamente utilizado para a correção de valores em contratos de fornecimento de bens e serviços, devido à sua representatividade e abrangência.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO e será por item e por lote.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.8 sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Não será admitida a participação de cooperativas, uma vez que se trata de aquisição de bens comuns, com características claras e de fornecimento direto. A restrição à participação de cooperativas, portanto, visa garantir maior competitividade, eficiência e o cumprimento das exigências do edital, sem comprometer a qualidade e o cumprimento dos prazos e condições estabelecidas para o fornecimento dos bens.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Não será exigida qualificação econômica-financeira por se tratar de compra de bens comuns, com entrega única e imediata, o que reduz a necessidade de uma análise aprofundada da saúde financeira dos licitantes, e entende-se

que a exigência de qualificação econômico-financeira para a aquisição de mobiliários e equipamentos seria uma medida desproporcional e desnecessária, podendo prejudicar a competitividade e a eficiência do processo licitatório.

Disposições gerais sobre habilitação

9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 246.573,11 (duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e onze centavos) conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1

10.2. A pesquisa foi realizada de forma minuciosa, com a consulta detalhada da plataforma digital Pesquisa de Preços, direto com fornecedores, bem como, em sites tipo marketplace, garantindo a similaridade dos materiais, quantidades e preços. O procedimento segue as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa Seges/ME nº 65 /2021, conforme pode ser verificado na Nota Técnica Análise Crítica de Pesquisa de Preços, doc. SEI nº 5764134.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	Proposta Empresa Quality Cofre	Proposta Empresa Cofres SP	Proposta Empresa Work Solution.	Plataforma Pesquisa de Preços Valor Médio	Sites eletrônicos Valor Médio	Valor Total Unitário Média	Valor Total Média
1	Armário baixo escritório 30x50x73: em madeira esmaltada e prateleira interna	1				R\$ 570,00	R\$ 731,04	R\$ 650,52	R\$ 650,52
2	Armário Multiuso de Aço Escritório, cor: Cinza Níquel Armário, Modelo M1 1722 ou similar	2				R\$ 1.409,08	R\$ 1.731,50	R\$ 1.570,29	R\$ 3.140,58
3	Banco de parque com encosto	8				R\$ 991,00	R\$ 940,00	R\$ 965,50	R\$ 7.724,00
4	Banco de parque com encosto e apoio de braço	4				R\$ 991,00	R\$ 869,37	R\$ 930,18	R\$ 3.720,72
5	Banquete alto com braço, Work Solution, linha NIC ou similar	9			R\$ 1.322,40	R\$ 877,00	R\$ 1.045,69	R\$ 1.081,69	R\$ 9.735,21
6	Bebidaria - Purificador de Água IBSL Special FR600 Cor Preto - 127V ou similar	2				R\$ 2.018,00	R\$ 1.134,22	R\$ 1.576,11	R\$ 3.152,22
7	Bebidaria - Refrigeração Água Fria - IBSL ou similar	2				R\$ 3.219,96	R\$ 4.393,16	R\$ 3.806,56	R\$ 7.613,12
8	Cadeira Caps empilhável Work Solution, modelo 24066P ou similar	164			R\$ 1.024,80	R\$ 750,00	R\$ 634,44	R\$ 803,08	R\$ 131.705,12
9	Cadeira escritório: arreio em vinil, base com rodízios e apoio braço	16				R\$ 573,04	R\$ 520,55	R\$ 546,79	R\$ 8.748,64
10	Chaveiro 400 chaves - 470mm de largura x 110mm de profundidade x 520mm de altura	3	R\$ 699,13	R\$ 980,00		R\$ 948,75	R\$ 781,58	R\$ 852,36	R\$ 2.557,08
11	Guarda-roupa em aço 30x45x192: 2 portas	2				R\$ 538,40	R\$ 439,98	R\$ 489,19	R\$ 978,38
12	LCD 43" - Smart Tv 43" 4k UHD ThinQ Ai Tv LED 3 HDMI - 43UT8000PSA ou similar	6				R\$ 2.175,63	R\$ 2.146,83	R\$ 2.161,23	R\$ 12.967,38
13	Mesa 140x70x73: tampo em madeira esmaltada e base em estrutura metálica	1				R\$ 583,00	R\$ 631,54	R\$ 607,27	R\$ 607,27
14	Mesa de apoio Work Solution, Segmento Colaborativa ou similar	2			R\$ 756,68	R\$ 583,00	R\$ 549,39	R\$ 629,69	R\$ 1.259,38
15	Mesa lateral quadrada Work Solution ou similar	1			R\$ 613,60	R\$ 530,00	R\$ 400,96	R\$ 514,85	R\$ 514,85
16	Mesa redonda Work Solution Linha Lounge - h-740 ou similar	7			R\$ 2.385,97	R\$ 780,00	R\$ 713,17	R\$ 746,58	R\$ 5.226,06
17	Mesa retangular Work Solution Linha Lounge - Modelo Quadra ou similar	34			R\$ 1.194,60	R\$ 900,00	R\$ 816,64	R\$ 970,41	R\$ 32.993,94
18	Micromixer 20L Branco com Função Tira Odores e Desodorante - 127V	6				R\$ 608,97	R\$ 515,77	R\$ 562,37	R\$ 3.374,22
19	Puff quadrado Work Solution, Linha Mobile, arreio em tecido ou similar	1			R\$ 2.002,50	R\$ 1.382,00		R\$ 1.692,25	R\$ 1.692,25
20	Refrigerador - Geladeira Frost Free 400L Efficient Turbo Freezer Duplex Branco DFH44 - Duplex Branco - 127 V ou similar	2				R\$ 3.031,00	R\$ 3.203,03	R\$ 3.117,01	R\$ 6.234,02
21	Sofá Work Solution, Linha Mobile, modelo reto com encosto em tecido Modelo WS-EM90E ou similar	1			R\$ 4.692,50	R\$ 2.514,77	R\$ 1.540,54	R\$ 1.978,15	R\$ 1.978,15
TOTAL:									R\$ 246.573,11

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 25201 / 254462

II) Fonte de recursos: LOA Capital/Custeio

III) Programa de trabalho: 10122003220000033

IV) Elemento de despesa: 449052 e;

V) Plano interno: Não se aplica

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 10 dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 5 (*cinco*) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária da Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUSTAVO CARDOSO GUIMARAES

Presidente



Assinou eletronicamente em 05/01/2026 às 14:45:51.

ANA PAULA GARCIA DE MEDEIROS

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 05/01/2026 às 09:31:00.

HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 23/12/2025 às 15:32:54.